



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682653 - SP (2021/0234222-2)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MESSIAS DAS NEVES VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MESSIAS DAS NEVES VIEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado de Execução Penal n. 0006097-06.2021.8.26.0996).

O paciente cumpre pena de 18 (dezoito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de homicídio qualificado. Formulado pedido de progressão ao regime semiaberto, o pleito foi indeferido pelo Juízo das Execuções. Interposto agravo, o recurso teve o provimento negado.

A impetrante sustenta que a fundamentação utilizada para indeferir a progressão seria inidônea, pois baseada na gravidade abstrata dos crimes praticados e a longa pena que o Paciente ainda teria a cumprir.

Alega que o paciente é merecer do benefício, porquanto já teria cumprido o lapso temporal necessário da pena privativa de liberdade e as faltas graves já estariam devidamente reabilitadas.

Requer, liminarmente e no mérito, que o paciente seja promovido ao regime semiaberto de cumprimento de pena.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, porquanto o acórdão da origem possui fundamentação no seguinte sentido (e-STJ fls. 57/58):

"Cuida-sede agravante condenado ao cumprimento de 18 (dezoito) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática de homicídio qualificado, com término da expiação previsto para 7.1.2032 (fls. 23/26). Ou seja, ainda tem mais de 10 (dez) anos de pena por cumprir. Além disso, em seu prontuário há anotação de uma infração disciplinar de natureza média, cometida em 5.6.2019, consistente em desobediência (fl. 25).

Data vênia, prematura, pois, a concessão da progressão ao sentenciado, porquanto condenado pela prática de crime revestido das elementares de violência e grave ameaça contra a pessoa, minudência que demonstra, a esta altura pelo menos, possível despreparo para progredir ao regime semiaberto, o que poderia, em tese, colocar em risco a sociedade e o processo ressocializador."

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência